



Plenário da Câmara dos Deputados durante sessão conjunta do Congresso Nacional. São Paulo, 10 de Jan. 2024. Agência Senado

## Ministério segura repasses e deixa Congresso insatisfeito

Novas regras geram queixas e são chamadas de 'dificuldade desnecessária'

Thiago Resende e  
Victoria Azevedo

**BRASÍLIA** O governo Lula (PT) mudou critérios para repassar recursos do Orçamento a deputados e senadores, o que travou transferências para municípios previstos para o fim do ano e abriu novo foco de descontentamento no Congresso Nacional. O Ministério da Saúde, comandado por Nísia Trindade, editou portaria no dia 9 de dezembro endurecendo o processo de transferência desse dinheiro para as prefeituras. A verba alcançada pela norma é uma conta destinada a atender interesses de parlamentares, e a Saúde defende a maioria desses recursos. Embora não seja formalmente considerado uma

emenda, esse dinheiro também é usado como moeda de troca do governo com a Câmara dos Deputados e o Senado. De acordo com relatos, a mudança empurrou repasses prometidos pelo governo federal para que parlamentares aprovassem em dezembro pautas prioritárias para Lula. Procurando o Ministério da Saúde argumentou ter recebido um incremento orçamentário no fim do ano. "Com isso, houve a necessidade de adequação de prazos e procedimentos, e a publicação de novas portarias", afirmou.

O Ministério da Saúde disse ainda que "algumas propostas submetidas ao ministério ao longo do ano não foram atendidas no exercício de 2023, sobretudo devido à insuficiência orçamentária ou por dificuldades para a superação de diligências técnicas".

Uma das mudanças passou a exigir que as propostas para uso dessa verba tivessem aprovação prévia de comissão composta por gestores do estado e dos municípios, chamada de Comissão Intergestores Bipartite. Em maio, quando o governo editou pela primeira vez regras para os recursos descentralizados, havia apenas a previsão de que os projetos aprovados nas comissões bipartites seriam priorizados. Não existia exigência.

A nova norma gerou queixas de congressistas — da direita à esquerda —, que dizem não terem conseguido se adequar às exigências para que o dinheiro chegasse aos municípios antes do fim do ano. Há também reclamações de deputados de que o governo teria empenhado em alguns casos quantias menores do

que as que haviam sido acordadas. Os parlamentares dizem que irão cobrar soluções do Executivo em fevereiro.

Na avaliação deles, esse novo critério estabelecido pelo governo cria mais ruído na relação entre Executivo e Legislativo, que foi marcada por críticas ao longo de 2023, principalmente com a Câmara.

Na mesma semana em que os repasses foram endurecidos, a cúpula da Câmara fez chegar a Lula recado da insatisfação com a atuação do ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), responsável pela articulação política.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tratou o tema em reunião com o petista. A Secretaria de Relações Institucionais não quis se manifestar. A pasta afirmou que o assunto deveria ser tratado pelo Ministério da Saúde.

Além de Padilha, há uma insatisfação com os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), no Senado, Jacques Wagner (PT-PA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Parlamentares cobram do governo federal mudanças nesses cargos. Com uma base de apoio instável, o Planalto tem enfrentado dificuldades em votações

no Congresso. Em 2024, com a aprovação de um calendário de distribuição de emendas, pode encontrar mais desafios para usar a verba como moeda de troca em negociações.

Padilha também foi enfraquecido na aprovação do Orçamento, já que foi aprovada a autorização para que neste ano a comunicação entre o parlamentar e o ministério que liberará as emendas seja feita com o chefe da pasta. Segundo deputados ouvidos pela reportagem, havia uma expectativa de que, após uma série de frustrações como que a classificação de letargia do governo com a execução orçamentária em 2023, poderia haver uma compensação no fim do ano — o que não ocorreu.

Lula teve que agir por diversas vezes e conversar com ministros para que o dinheiro de emendas fosse destravado. Emendas são um grande estímulo para os parlamentares. Isso porque eles conseguem direcionar recursos para seus redutos eleitorais. Em ano com eleições, como 2024, tende a aumentar a pressão dos congressistas por celeridade na execução orçamentária.

Nas palavras de um cardeal da Câmara, o governo não tem mais crédito com a Casa após uma sucessão de promessas não cumpridas.

Ele diz que há queixas generalizadas entre deputados, principalmente daqueles que votam em temas de interesse do Executivo. Na avaliação desse parlamentar, o Planalto terá dificuldades em contornar a situação se não forem tomadas medidas.

Um deputado aliado de primeira hora do governo minimiza a situação e diz que boa parte das insatisfações decorre do fato de o centro ter perdido a gestão exclusiva da distribuição de emendas que tinha sob o governo Jair Bolsonaro (PL). Ele afirma ainda que é necessário um rigor com o repasse de emendas para evitar uso indevido de recursos públicos.

Parlamentares dizem já haver um reflexo na relação com prefeitos, que cobram a liberação dos recursos. Uma liderança da Casa diz sob reserva não comentar a situação, mas acrescenta que o governo perderia créditos.

Os congressistas afirmam ainda que essa mudança ocorreu nas vésperas do fim do ano e que, diante disso, não puderam contornar a situação. A leitura deles é que o governo gerou essa "dificuldade desnecessária", o que só prejudica a relação com o Legislativo.

## Governo abre sindicância para apurar viagem de servidores para Carnaval fora de época

Matheus Teixeira e  
Mariana Holanda

**BRASÍLIA** A Secretaria-Geral da Presidência da República abriu uma sindicância interna após viagem do chefe da pasta, Márcio Macêdo, e de outros três servidores para o Carnaval fora de época em Aracaju, capital de Sergipe, base eleitoral do ministro.

O procedimento deverá investigar o uso de dinheiro público no pagamento de despesas de funcionários do órgão para ir à festividade no começo de novembro.

O ministro chamou, nesta quinta (10), a viagem de assessores a Carnaval fora de época com recursos públicos de "erro formal". Ele afirmou ainda que só soube disso quando foi divulgado pela imprensa.

Macêdo publicou diversas fotos nas redes sociais no Carnaval fora de época. O custo total da viagem dos três servidores foi de R\$ 81 mil, segundo o Portal da Transparência. A página do governo no internet também informa que a emissão das passagens aos funcionários foi de ordem do ministro da Secretaria-Geral



Reprodução: Marcos Mendes/PT no Instagram



Márcio Macêdo em evento do governo (no alto) e em Aracaju (acima)

Houve um erro formal do meu gabinete, erro de procedimento, e isso nunca mais se repetirá.

Um erro onde três assessores foram para Aracaju e utilizaram as passagens com recursos públicos.

Márcio Macêdo ministro da Secretaria-Geral da Presidência

da Presidência Márcio Macêdo para uma agenda na ONG Instituto Senacem para a Vida entre 3 e 5 de novembro.

A assessora de Macêdo diz que ele bancou suas despesas para ir a Aracaju e que a sindicância irá apurar apenas a ida de seus três assessores a Sergipe, não a viagem do ministro.

"Houve um erro formal do meu gabinete, erro de procedimento, e isso nunca mais se repetirá. Um erro onde três assessores foram para Aracaju e utilizaram as passagens com recursos públicos", disse ele.

Segundo o ministro, os servidores foram notificados para devolver os recursos, o que já teria ocorrido. Ele disse ainda que o seu gabinete repassará todas as informações ao Tribunal de Contas da União.

Macêdo disse ainda que o Carnaval fora de época em Aracaju é uma "festa culturalmente muito forte", que pagou suas próprias passagens, viajou em voo comercial e participou fora do seu expediente. Ele citou como possível nome para concorrer pelo PT à Prefeitura de Aracaju em 2024. Sua agenda não aponta nenhum compromisso público no período da viagem.

Sabia que estavam lá, mas não sabia que foram gastos recursos públicos sem ter agenda institucional. Descrevem dois dias que vocês noticiaram", afirmou.

Ele diz que a autorização é procedimento padrão da gestão. "O que espero é que essa sindicância possa nos ajudar a mudar isso, esse episódio serve também para fazer correção de rumos", completou.

Após emitir nota sobre a abertura da sindicância, a pasta divulgou outro texto dizendo que "outra medida adotada foi a abertura do procedimento de ressarcimento ao erário para devolução dos valores ao Tesouro pelos servidores". A abertura da sindicância foi noticiada pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada pela Folha. O Ministério Público de Contas junto ao TCU pediu na quarta (10) para o corte de contas apurar o caso.

De acordo com o jornal O Globo, o pagamento das despesas para a ida ao Carnaval fora de época teria levado a número dois da pasta, Maria Fernanda Coelho, a pedir demissão do posto.

Na mesma nota em que afirmou que uma sindicância irá apurar o caso, porém, o órgão também diz que não houve contato entre Macêdo e Coelho sobre o tema.

"Ao contrário do que foi noticiado, nunca houve tratativa sobre quaisquer passagens nem diárias de viagem entre a ex-secretária e o ministro", diz o texto.